



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 183 / SETEMBRO-OUTUBRO 2017 / WWW.STML.PT



Eleições Autárquicas a 1 de Outubro

pg.20

DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 3 Caderno Reivindicativo da Limpeza Urbana
- 4 A Formação no RSB
- 12 Lutar por um Orçamento do Estado 2018 que nos faça realmente avançar!
- 13 Audição na AR sobre a descentralização de competências para as autarquias
- 15 Trabalhadores precários protestam frente ao Ministério das Finanças
- 19 Venezuela

AUTÁRQUICAS 2017



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 183 / SETEMBRO-OUTUBRO 2017

WWW.STML.PT

Director Vítor Reis **Corpo Redactorial** Luís Dias, Paula Correia, Paula Lourenço, Ema Cruz, Tiago Lopes e José Malhadas

Propriedade

Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

Administração e Redacção

Rua de São Lázaro, 66 – 1.º, 1150-333 LISBOA

Telefones 218 885 430/5/8

Periodicidade Bimestral

Distribuição Gratuita aos Sócios do Sindicato

Tiragem 4.000 exemplares

Número de Identificação Fiscal 500 850 194

Depósito Legal 17.274/87

PROTOCOLOS STML

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Educação João de Deus
Grupo Lusófona
Instituto Superior de Educação e Ciências
Instituto Superior de Tecnologias Avançadas
Universidade Lusíada

BANCA E SEGUROS

Ponto Seguro, mediação de seguros
Millenium BCP

TURISMO

Campiférias
Fpalmela – Aldeamento Turístico de Palmela
Viagens Falcon

TELECOMUNICAÇÕES

NOS
Vodafone

OUTROS

ANDST – Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho
Cartão BP Plus
Escola de Condução ENAL
Lancaster College – Escola de Línguas
Mind Project

EDITORIAL

A 1 de Outubro realizam-se as eleições autárquicas, momento de enorme importância para os trabalhadores que o STML representa. Ao longo dos últimos 4 anos fomos confrontados com inúmeros problemas, muitos dos quais da exclusiva responsabilidade dos Executivos, seja da Câmara Municipal, seja de uma Junta de Freguesia, ou na conjugação de ambos. Conotado inevitavelmente a esse cenário, as filiações, cumplicidades e concepções políticas destes (ir)responsáveis autárquicos, muitas vezes optando por caminhos que favoreceram interesses que não os dos trabalhadores sob sua alçada. Indissociável nesta constatação, também a desvalorização pelos direitos e expectativas das populações a serviços públicos de qualidade. Interessa assim, acima de tudo, votar e fazê-lo em consciência face à realidade concreta que nos assoma diariamente. Penalizar quem nos prejudica, valorizar quem nos defende, é a ideia chave. Virar as costas a esta percepção e a este Direito – o exercício do voto – é virar as costas à construção de condições mais favoráveis à resolução dos nossos problemas. Uma cidade de Lisboa mais humana, honrando quem vive e trabalha na cidade, só pode ser alcançada defendendo e respeitando quem corporiza os serviços públicos, sejam eles realizados pela Câmara ou Junta de Freguesia. Falamos obviamente dos seus trabalhadores e na defesa da sua dignidade, no trabalho como na vida em geral. Os eleitos do PS, PSD e CDS-PP já demonstraram há muito as vontades que os motivam.

Confirmando o referido, na Câmara Municipal observamos nos últimos meses ao **caos instalado** num dos sectores profissionais mais importantes da autarquia, concretamente o da **Limpeza Urbana**. Desde a falta de pessoal, a meios mecânicos inadequados ou mesmo inexistentes, às reorganizações do trabalho sem consulta prévia dos trabalhadores e sindicato, a uma crescente sobrecarga de trabalho desrespeitando o tempo de descanso pessoal e familiar de cada um, tudo contribuiu para a decisão do STML em colocar um pré-aviso de greve ao trabalho aos domingos e feriados por tempo indeterminado.

Nas Juntas de Freguesia, o STML criou e reorganizou vários 'grupos de trabalho' que de aqui em diante terão a responsabilidade de acompanhar e dinamizar a luta pela resolução dos problemas que afectam os respectivos trabalhadores. Construir, entregar e acompanhar os Cadernos Reivindicativos. Celebrar e fazer cumprir os ACEP's celebrados. Visitar os locais de trabalho e denunciar as violações encontradas no plano das condições de saúde e segurança, serão algumas das prioridades na acção sindical a desenvolver para os próximos meses. Linhas de acção que só serão consequentes com o envolvimento indispensável dos trabalhadores.

Nas empresas municipais, avançamos na celebração do AE com a GEBALIS e continuamos muito atentos à concretização dos compromissos assumidos pelo CA da EGEAC. Com a confiança dos trabalhadores, o STML não defraudará as expectativas em si depositadas. Mas só com a força de quem representa, será possível obter respostas aos vários problemas que ao longo dos últimos meses têm justificado reuniões e formas de luta diversas.

Quanto ao Governo, **entrámos na fase da discussão sobre o Orçamento do Estado para 2018**. A Proposta Reivindicativa Comum da FCSAP, que o STML integra, procura colocar em cima da mesa as reivindicações dos trabalhadores da Administração Pública. A luta por aumentos salariais, descongelamento das carreiras, regulamentação do subsídio de insalubridade, risco e penosidade, identificação das profissões de desgaste rápido, regularização da precaridade, reposição do valor do trabalho extraordinário, entre muitas outras matérias, será incontornável durante o mês de Outubro. Nada nos cai do céu! Erguer as nossas vozes, na rua como nos locais de trabalho, será determinante para avançarmos na melhoria das nossas condições de vida.



Caderno Reivindicativo da Limpeza Urbana

Terminado o processo de auscultação e recolha de contributos junto da Comissão e dos Trabalhadores da Limpeza Urbana da CML, demos por concluído o Caderno Reivindicativo deste importante sector profissional. Estamos por isso em condições para avançarmos na sua entrega formal junto do Presidente da autarquia, previsto suceder na segunda quinzena de Setembro.

Mais do que nunca, justifica-se actualmente trazer para a opinião pública os inúmeros e gravíssimos problemas que afectam os trabalhadores – cantoneiros e condutores – afectos à remoção de resíduos sólidos. Desde a falta gritante de pessoal verificada durante os últimos meses (mesmo com a entrada recente de cantoneiros), às viaturas adquiridas que apresentam tipicidades adequadas a um imaginário que nada tem a ver com Lisboa, às alterações de circuitos face à instalação de novos equipamentos (ecopontos subterrâneos) sem acautelar as condições exigidas, incluindo o tempo necessário à formação dos trabalhadores, tudo tem contribuído para um agravar das condições de trabalho além de defraudar as expectativas da população a um serviço público de qualidade.

Da parte do Executivo, olha-se aparentemente à velha máxima do atingir objetivos sem olhar a meios, talvez justificada pelo aproximar das eleições autárquicas... Porém, é sobre os trabalhadores que recai o ónus dos crescentes sacrifícios, quer em termos da sobrecarga de trabalho quer no aumento inusitado do horário laboral, em alguns casos pisando a

ténue linha da (i)legalidade. Não se estranha portanto, como consequência, o aumento considerável para índices até agora desconhecidos do número de trabalhadores acidentados. Por outro lado, a realização e o aumento do trabalho nos sete dias de semana, 24 sobre 24 horas, tem impedido os trabalhadores de usufruírem um merecido descanso (impedidos de gozarem folgas por exemplo). Obstruindo também o inalienável direito da conciliação entre as responsabilidades profissionais e a vida pessoal e familiar.

São muitas das razões que motivaram o STML a colocar um pré-aviso de greve ao trabalho extraordinário aos domingos e feriados por tempo indeterminado, com efeitos práticos a partir de 3 de Setembro. Um primeiro sinal de alerta que deve ser interpretado pelo Executivo, presidido por Fernando Medina, com muita atenção. O que se exige é a resolução célere e eficaz dos problemas que hoje enformam os trabalhadores da limpeza urbana da cidade de Lisboa. A começar já pela súmula descrita no Caderno Reivindicativo.

Já passamos o tempo onde imperava a lógica do 'posso, quero e mando'. Os trabalhadores não são pau para toda a obra e os seus direitos, interesses e expectativas devem ser respeitados em todas as suas dimensões. Desta linha de reflexão e acção, o STML não desarma, articulando estreitamente com os trabalhadores todas as formas de luta que sejam necessárias e oportunas realizar nesse sentido.



A Formação no RSB

Poder-se-á definir formação profissional como um conjunto de atividades que visam a aquisição teórica e/ou prática de conhecimentos, exigidos para o exercício das funções próprias da profissão.

O Código do Trabalho (CT) assegura o direito do trabalhador à formação e define a obrigação da entidade empregadora em assegurar o número mínimo anual de horas de formação, através de acções de formação desenvolvidas pelo próprio empregador, por entidade formadora certificada ou estabelecimento de ensino reconhecido, devendo o conteúdo da formação, coincidir com a actividade prestada pelo trabalhador. É suposto que ao trabalhador aquando da assunção de um novo cargo dentro da organização, para além das competências básicas que deve possuir, lhe sejam disponibilizadas pela entidade empregadora as qualificações exigidas ao desempenho do cargo.

Actualmente no Regimento, as acções de formação desenvolvidas pela ERSBL, vão apenas ao encontro das necessidades operacionais em áreas diversas, daqueles que asseguram o socorro na cidade. Objectivamente asseguram o “saber-fazer” àqueles que são os operadores/executantes.

O estranho é verem-se elementos de chefia a fazer essas formações não sendo eles operadores, inclusive alguns apenas em serviços administrativos. Esta situação fica a dever-se à necessidade destes em ver a sua avaliação curricular em termos da formação profissional, com as horas exigidas para a nota máxima e na ausência de formação específica para a actividade que desempenham. Esta situação anómala e contrária ao CT não beneficia nem os próprios, nem o Regimento, nem os munícipes.

A chefiar a ERSBL estão agora alguns dos que criticavam os antecessores, nomeadamente, de inaptidão para o cargo, pela ausência de critérios na seleção dos formadores e por escolherem conteúdos formativos que não iam ao encontro das necessidades das diferenciadas funções que os bombeiros desempenhavam. Mais estranho se torna quando alguns dos actuais responsáveis pela formação que é ministrada são, alegadamente, licenciados e com mestrados o que por si só deveria ser um elemento diferenciador, na forma como se deve olhar para a formação, é caso para dizer “Bem prega Frei Tomás, faz o que ele diz, não faças o que ele faz”.

Mas é ao senhor Comandante que compete criar condições igualitárias que dêem a todos os bombeiros, independentemente da categoria, a possibilidade de receber formação de acordo com a sua função e caso a ERSBL não possua no seu conteúdo programático acções de formação vocacionadas para as chefias, deverá recorrer a outras entidades formadoras certificadas, cumprindo dessa forma o estipulado pelo Código do Trabalho.

Como o senhor Comandante bem sabe e valoriza, o enriquecimento curricular é uma mais-valia em termos pessoais, mas também o é para a organização enquanto factor de motivação e de desenvolvimento das capacidades e atitudes dos bombeiros, pelo que deverão ser dadas as mesmas oportunidades formativas, independentemente de se desempenharem funções na estrutura de comando ou de operacional de socorro, sem que tenha que se cair no ridículo, como acontece actualmente no Regimento.



STML reúne e adverte...

STML reúne com a Divisão da Limpeza Urbana

A 5 de Julho e depois a 9 de Agosto, o STML reuniu com a Chefe de Divisão da Limpeza Urbana, Eng^a. Rita Lucas. Muitos foram os problemas abordados, havendo sinais positivos na resolução de alguns, ficando para o futuro imediato a resposta a tantos outros. Porém, dos problemas estruturais como a falta de pessoal, meios mecânicos inadequados ou mesmo inexistentes, associando a crescente sobrecarga de trabalho, parece prevalecer uma certa impotência, pelo menos a este nível hierárquico.

Do que já se resolveu, destacam-se as intervenções a nível dos balneários e da copa nas Garagem dos Olivais 3. Também a garantia à facilitação a partir de Setembro, da renovação/obtenção do CAM. Está igualmente em vias de resolução as questões em torno da iluminação neste local de trabalho.

Por outro lado, foram apresentadas pelo STML os problemas de segurança no local de descarga na Valorsul, que deve obrigar a uma intervenção mais eficaz da CML junto desta empresa. Foram também alertados para a excessiva presença de baratas em vários locais de trabalho (postos de limpeza e garagens) que deverá ter como consequência processos de desbaratização mais regulares.

No plano dos novos ecopontos subterrâneos, foi aceite consensualmente a necessidade de prover formação obrigatória e adequada a cantoneiros e condutores. O STML sublinhou que nenhum trabalhador pode ser obrigado a realizar estes trabalhos se não tiver a indispensável formação, ideia partilhada pela Chefe de Divisão da DLU. Ainda neste campo, apontando a operacionalização das novas viaturas pesadas, foi referido uma vez mais a urgência em facultar formação para todos os trabalhadores (CMPVE), não a limitando a dois ou três.

Entre muitas outras matérias, foi-nos informado que após a identificação de um conjunto de falhas, serão reconstruídos totalmente os ecopontos subterrâneos de Belém (junto aos Jerónimos), Príncipe Real, Picoas, Avenida da República e Graça. Face aos potenciais 24 novos circuitos associados a estes equipamentos subterrâneos, o STML alertou a DLU para o compromisso que aponta o envolvimento prévio do Sindicato na sua elaboração e discussão. Matéria que até este momento

não teve efeitos práticos, já que a imposição de novos circuitos tem sido feita à margem de trabalhadores e STML. Esta constatação já justificou inclusive um pré-aviso de greve ao trabalho extraordinário nos domingos e feriados por tempo indeterminado.

Em Setembro realizar-se-á a próxima reunião com esta unidade orgânica. Contudo, sobre a resolução dos principais problemas, será determinante a unidade, mobilização e luta dos trabalhadores no propósito de obrigar o Executivo municipal a decidir positivamente sobre os inúmeros problemas que os afectam a nível da sua saúde e integridade física, colocam ainda em risco a prestação de um serviço público de qualidade.

No edifício municipal do Campo Grande os problemas desaparecem por baixo do nariz!

Apesar da presença no Edifício de inúmeros Gabinetes da Vereação, parece passar ao lado dos senhores vereadores os problemas com que se confrontam os trabalhadores sob a sua alçada, quer se encontrem a paredes meias, ou num piso acima ou num piso abaixo. A proximidade parece, neste contexto, ser contraproducente. Debaixo do nariz dos responsáveis máximos da autarquia, multiplicam-se as anomalias sistemáticas dos elevadores; observam-se equipamentos de ar-condicionado ineficazes face ao seu funcionamento irregular; constata-se a existência de material informático obsoleto contribuindo para um ambiente de trabalho exasperante; verifica-se a ausência de condições físicas adequadas para tomada de refeições, isto é, não há um refeitório num local de trabalho com mais de 1.500 funcionários (?!). Acresce em alguns Departamentos a carência gritante de pessoal, como no caso do Licenciamento Urbanístico onde pontificam trabalhadores com uma sobrecarga de trabalho inacreditável. Além do mais, no Piso -1, onde estão localizados os arquivos, dos Recursos Humanos por exemplo, descobrem-se condições de trabalho, mesmo que para breves períodos, muito pouco recomendáveis. Vários foram os trabalhadores que sofreram consequências pouco desejáveis a nível da sua saúde por visitas a salas carregadas de pó e outras surpresas do tipo rastejante. Mesmo por de baixo do nariz dos senhores Vereadores. Quem diria?



Abaixo-assinado sobre as folgas acumuladas e não gozadas dos trabalhadores das Juntas de Freguesia

Resultante da reforma administrativa ocorrida na cidade de Lisboa e no âmbito da transferência de competências, várias centenas de trabalhadores foram transferidos em Março de 2014 da Câmara Municipal para as 24 Juntas de Freguesia. Na altura, António Costa, presidente da CML, assumiu o compromisso público com os trabalhadores envolvidos no processo de que “todos os direitos seriam garantidos”.

Logo em Junho desse ano, os trabalhadores e o STML, detetaram que alguns desses direitos lhes estavam a ser sonogados, daí terem encetado um processo de luta, que culminou numa greve no dia 12 desse mês. Entre outras reivindicações os trabalhadores que tinham transitado para as Juntas de Freguesia exigiam o pagamento das férias não gozadas na CML, assim como as folgas acumuladas, nomeadamente no sector da Limpeza Urbana.

Em reuniões despoletadas pelo processo de luta, foi assumido pelo Executivo camarário o pagamento das férias não gozadas, situação que se confirmou a curto prazo. Relativamente às folgas, a CML comprometeu-se em negociar com as diversas Juntas de Freguesia a sua regularização.

Relembramos que a acumulação destes dias de folga se deveu à política de gestão de recursos humanos, concretamente na Limpeza Urbana. Face à constante carência de pessoal, era solicitado com regularidade aos trabalhadores, que trabalhassem em sábados, domingos e feriados. Sabemos que o trabalho nestas várias realidades conferem o direito ao descanso compensatório, a ser gozado nos três dias imediatos. Pelos motivos

referidos, os dias de descanso não eram concedidos, dando origem à sua acumulação. Esta situação continua, ainda hoje, a verificar-se em alguns sectores da Limpeza Urbana da CML.

Se é verdade que várias Juntas de Freguesia já regularizaram a situação, conferindo os dias de descanso aos trabalhadores, outras há que ainda não o fizeram. O STML compreende a ausência de responsabilidade das Juntas nesta matéria, já que a mesma compete em exclusivo à CML. Os trabalhadores é que não podem ser penalizados.

Em diversas ocasiões manifestamos perante o Executivo autárquico a nossa incompreensão face ao arrastamento do problema em algumas freguesias. Pelos máximos responsáveis políticos, sempre ouvimos a assunção na resolução deste problema, nomeadamente pelo Vice-presidente Duarte Cordeiro (a Dezembro de 2015). Mas das palavras aos atos, percorre aparentemente uma distância difícil de superar.

Perante o impasse criado, da total responsabilidade da CML, o STML decidiu promover um abaixo-assinado junto dos trabalhadores da Limpeza Urbana das Juntas de Freguesia. Este documento é dirigido à Câmara Municipal exigindo-se a resolução dos dias de descanso acumulados ao seu serviço.

Deixamos uma certeza: nem os trabalhadores, nem o STML, abdicarão das folgas acumuladas durante o tempo de serviço prestado na CML. Trata-se de um direito legítimo, perante o qual o Executivo de Fernando Medina não pode virar costas!
mento adequado para as respectivas trabalhadoras.



Trabalhadores da GEBALIS exigem passo final na celebração de Acordo de Empresa.

Depois de o STML e o STAL terem escutado em plenário, no passado mês de junho, a vontade de quase duas centenas de trabalhadores da GEBALIS, as Direcções dos Sindicatos voltaram à mesa de negociação com a Administração da empresa para finalizarem os trabalhos com vista à celebração efectiva do respectivo Acordo de Empresa (AE).

Após mais de um ano de diálogo, foram registados grandes avanços na construção de um AE que garante direitos laborais mais consolidados. Com a maioria das matérias já encerradas, o STML acredita na materialização célere de mais uma ferramenta, a principal, para a valorização dos trabalhadores da empresa municipal que presta serviço público na cidade de Lisboa.

Garantir que processo reivindicativo e negocial em causa culmine na assinatura do AE, ainda antes do início do próximo período de campanha eleitoral para as autárquicas, é pois de extrema importância. O STML, sustentado no apoio da esmagadora maioria dos trabalhadores da GEBALIS, tudo fará para responsabilizar os decisores políticos e gestores do Município de Lisboa pela implementação deste importante Acordo. Ele irá permitir, ao longo dos anos, a melhoria da vida profissional e pessoal de quem trabalha na GEBALIS.

O STML gostaria de evidenciar, mais uma vez, a força demonstrada e a união dos trabalhadores em alcançar este objetivo comum. Evidenciamos ainda a participação quer dos trabalhadores quer da sua representação através da CT no processo de construção do documento, onde estão, de uma forma personalizada, as competências e a natureza do trabalho municipal que prestam. Entre as matérias mais importantes, consta uma avaliação de desempenho objectiva, a regulação da progressão de carreiras e a garantia de transparência na política salarial da empresa. É inegável ser do interesse de todos a celebração do AE.

O aumento do número de trabalhadores sindicalizados traduz, por outro lado, o reconhecimento e a confiança que é depositada no movimento sindical que o STML integra. Desta forma, sai ainda mais reforçada a força que temos nas negociações.

O STML exorta, por conseguinte, todos os trabalhadores a uma participação sindical activa, por forma a serem ainda mais protagonistas na defesa do seu emprego, na melhoria das condições de trabalho e, consequentemente, na qualidade da sua própria vida.

EGEAC

No dia 5 de Julho o STML reuniu com a EGEAC para debater as várias temáticas que ainda não foram solucionadas, nomeadamente sobre:

- **A majoração dos dias de férias:** face ao exercício do direito à greve e no âmbito dos direitos de parentalidade, o CA assumiu a correcção da situação que se prolongava há quase dois anos. Deste modo, aceitando a posição do STML, os efeitos práticos desta decisão verificar-se-ão já nas férias do corrente ano.
- **As condições de trabalho do backoffice do Castelo de São Jorge:** mantêm-se a inércia da empresa perante os problemas que se arrastam desde 2014, e aguardamos resposta à proposta por nós apresentada. Esta situação irá implicar uma queixa-denúncia por parte do STML junto da ACT.
- **O pagamento do subsídio de jantar em Junho pelo valor actualizado:** contrariando o compromisso assumido em Maio, será agora concretizado apenas em Setembro. Razões de ordem fiscal e adaptações de acordo com o horário trabalho realizado por alguns trabalhadores justificam este atraso.
- **Os casos apresentados pelo STML em torno de reclassificações:** estão neste momento sob análise. Para breve aguardam-se as respetivas deliberações do CA.
- **A progressão na carreira dos trabalhadores provenientes da CML através de ACIP:** a empresa acedeu às pretensões do STML para proceder em conformidade, isto é, permitindo um tratamento igual, equitativo e positivo para todos.
- **A regularização dos vínculos precários:** já concluíram o levantamento dos casos existentes, tendo esta informação sido enviada para a CML ao cuidado do Vereador dos Recursos Humanos. Interessa agora, na óptica do STML, integrar estes trabalhadores no Quadro de Pessoal da empresa.
- **As carências de pessoal por equipamento:** referindo a EGEAC a necessidade em articular a resolução desta matéria com a CML, ficou o STML de fazer chegar também a informação de que dispõe, procurando reforçar a vontade em solucionar os problemas já identificados.

Para 20 de Setembro ficou agendada a próxima reunião.



Reuniões da FCSAP com o Governo sobre o PREVPAP e o descongelamento de carreiras

Tinham ficado agendadas pela anterior Secretária de Estado da Administração e Emprego Público (SEAEP), várias reuniões durante o mês de Julho para continuar a acompanhar o Programa de Regularização Extraordinário dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) e o descongelamento das progressões dos trabalhadores da Administração Pública. Porém, a remodelação governamental empreendida por António Costa, levou à substituição da Secretária de Estado, associando ainda a época de férias, inviabilizou a realização das reuniões previstas, aguardando-se neste momento o seu início com nova SEAEP, Dra. Fátima Fonseca.

Nessas reuniões, no que diz respeito ao PREVPAP, esperamos que sejam esclarecidas as situações já denunciadas pelas estruturas sindicais representativas dos trabalhadores da administração Central no plano do funcionamento das Comissões de Avaliação Bipartidas (CAB) e do acesso à informação relativa aos trabalhadores precários existentes nos diversos organismos. No que diz respeito à Administração Local, colocaremos as questões que surgirem no desenrolar do processo.

Em relação ao descongelamento das progressões dos trabalhadores da AP, a nossa posição é simples: apesar de exigirmos a revogação do sistema de avaliação SIADAP, devido à subjectividade do mesmo e à injustiça que cria no seio dos trabalhadores, nomeadamente devido ao sistema de quotas, neste momento é o que está em vigor, logo, todos os trabalhadores que tenham 10 pontos no mínimo provenientes da avaliação, têm de mudar de posição remuneratória, ficando o trabalhador detentor dos pontos excedentes para futura progressão.

Esperemos a breve trecho, apresentar à SEAEP a Proposta Reivindicativa Comum para o próximo ano, uma vez que se aproxima a discussão do Orçamento do Estado 2018.

O que se perspectiva no caminho da regularização dos vínculos precários na Administração Local?

O Programa de Regularização Extraordinário dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), que até agora tem decorrido na Administração Pública Central, tem levantando várias dúvidas principalmente a nível do funcionamento das Comissões de Avaliação Bipartidas (CAB) e da forma de identificação dos trabalhadores precários.

Este programa será aplicado nas Autarquias Locais e Sector Empresarial Local com as devidas adaptações. Em ambos os casos, não serão constituídas as CAB, cabendo ao Executivo autárquico ou à Administração da entidade em causa, o reconhecimento de que os trabalhadores que exercem funções com contratos inadequados correspondem a necessidades permanentes.

A presente Lei abrange as pessoas que exerçam ou tenham exercido funções nas realidades laborais referidas, que correspondam a necessidades permanentes há pelo menos um ano, com horário completo, sujeição ao poder hierárquico, à disciplina ou direcção desses órgãos, serviços ou entidades, sem vínculo jurídico adequado no período entre 1 de Janeiro e 4 de Maio de 2017. São também abrangidos os trabalhadores com contratos emprego-inserção (CEI) e contratos emprego-inserção+ (CEI+), nas mesmas condições, ou que tenham desempenhado funções nos três anos anteriores.

A integração destes trabalhadores nos respectivos Mapas de Pessoal é feita mediante a constituição de vínculos de emprego público por tempo indeterminado e precedida de aprovação em procedimento concursal. O tempo de exercício de funções em situação de precariedade conta para o desenvolvimento da carreira, designadamente para efeito de alteração do posicionamento remuneratório.

Relembramos que a CML aprovou em Sessão de Câmara um procedimento de regularização de vínculos precários, que está em fase de discussão com as estruturas sindicais. Após estas negociações, a autarquia divulgará um mecanismo de registo de interessados, que terão um prazo para se inscreverem. O STML acompanhará o processo com toda a atenção, disponibilizando todo o apoio aos trabalhadores em questão.

Nas Juntas de Freguesia haverá, seguramente, processos semelhantes. Não deixaremos de estar atentos, contando com o empenho de todos para erradicar de vez a chaga social que é a precariedade.



Projecto de Proposta Reivindicativa Comum para 2018 (PRC/2018)

No passado dia 27 de Julho foi aprovado, em reunião da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), o anteprojecto de PRC/2018.

A discussão do mesmo decorre nos sindicatos e com os trabalhadores até dia 12 de Setembro, para posterior aprovação a 19 do mesmo mês.

Perspectiva-se em Outubro uma luta nacional em torno da sua concretização, a deprender exclusivamente do Governo minoritário do PS.

Apesar dos progressos conseguidos nestes dois últimos anos, ainda estamos longe de atingir a resolução das questões que levaram à profunda degradação das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da Administração Pública Central, Regional e Local. Com a discussão do 3º Orçamento do Estado do Governo PS, é necessário clarificar as políticas e tomar uma posição reivindicativa de justiça para os trabalhadores. Como tal, é imprescindível prosseguirmos a luta. A PRC/2018 apresenta os seguintes pontos:

- Dignificar o estatuto socio-profissional dos trabalhadores da administração pública
- Aumento dos salários e das pensões em 4%, com um mínimo de 60,00 EUR;
- Actualizar o salário mínimo da Administração Pública para 600,00 EUR;
- Descongelar a progressão nas posições remuneratórias abrangendo todas as carreiras, todas as categorias e todos os trabalhadores, salvaguardando a contabilização de todo o tempo de serviço; Repor as carreiras e os seus conteúdos profissionais específicos;
- Repor o valor do pagamento das horas extraordinárias, horas de qualidade e todos os suplementos que foram retirados, bem como a reposição do descanso compensatório;

- Actualizar o subsídio de refeição para 6,50 EUR e repor a total isenção de IRS sobre o mesmo;
 - Repor a forma de cálculo das pensões e as condições gerais para aposentação com 36 anos de serviço, independentemente da idade, salvaguardando regimes especiais consagrados com condições de acesso mais favoráveis;
 - Repor o pagamento da totalidade do subsídio de Natal em Novembro e repor os escalões de IRS;
 - Descongelar as deduções específicas em sede de IRS;
 - Deduzir em sede de IRS todas as despesas resultantes do exercício da atividade profissional;
 - Implementar e efectivar os Suplementos de Insalubridade, Penosidade e Risco, de isenção de horário, de prevenção, de disponibilidade e tempo de espera nas carreiras em que tal seja aplicável;
 - Identificar e regulamentar as carreiras e profissões de desgaste acentuado e rápido;
 - Identificação, reconhecimento e atualização das novas doenças profissionais, tais como as relacionadas com lesões músculo-esqueléticas;
 - Repor os dias de férias, garantindo 25 dias, majorados com dias pela idade e tempo de serviço, independentemente do vínculo laboral;
 - Efectivar o direito à formação profissional;
 - Melhorar as condições de trabalho, incluindo a garantia de ambientes de trabalho seguros e saudáveis;
 - Investimento no campo da Saúde Ocupacional a ser prestada em exclusivo por organismos públicos que permita o acompanhamento, tratamento e reintegração adequada, humana e eficaz dos trabalhadores acidentados;
 - Envolver previamente as estruturas representativas dos trabalhadores, incluindo os representantes dos trabalhadores para a Segurança e Saúde no trabalho, nos processos de aquisição de bens e materiais, equipamentos de protecção individual, fardamentos e meios mecânicos indispensáveis à prossecução de um serviço público de qualidade;
 - Reverter as privatizações, externalizações e concessões de serviços públicos, nomeadamente as parcerias público-privadas (PPP's);
 - Interromper o processo de municipalização em curso, repudiando a desconcentração para os municípios das funções sociais do Estado consagradas constitucionalmente designadamente nas áreas da educação, saúde, cultura, segurança e protecção social;
 - Revogar o SIADAP, implementando em alternativa um sistema de avaliação sem quotas, transparente, equitativo e justo que valorize os trabalhadores potenciando a efectiva progressão profissional na sua carreira;
 - Exigir o aumento de competências da Autoridade para as Condições do Trabalho específica na Administração Pública;
 - Defender o emprego público e acabar com os vínculos precários
- o regime previsto no Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de Novembro, a todos os trabalhadores, independentemente do vínculo;
- Revogar a impossibilidade do gozo de férias em caso de doença que se prolongue para o ano civil posterior (artigo 129º da LTFP);
 - Revogar os artigos 14º e 15º da LTFP não permitindo a prevalência dos acordos gerais de carreiras nem a limitação de matérias no direito de negociação, passando os artigos 350º e 355º a reger o direito de participação e negociação dos trabalhadores como forma de reforço da negociação colectiva;
 - Rever o regime respeitante aos direitos colectivos, das estruturas representativas dos trabalhadores e o direito à greve, nomeadamente no que diz respeito aos serviços mínimos;
 - Pôr fim a quaisquer bloqueios à contratação de trabalhadores na Administração Central, Regional ou Local, eliminar a caducidade dos instrumentos de contratação colectiva e reintroduzir o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador;
 - Eliminar todas as formas de precariedade na Administração Pública e abrir procedimentos concursais que garantam o princípio de que para necessidades permanentes corresponde um vínculo permanente e que regularizem as situações de inexistência de vínculo de trabalhadores a exercer funções há vários anos;
 - Eliminar a caducidade dos instrumentos de contratação colectiva e reintroduzir o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador.
 - Defender o direito a uma aposentação com dignidade
 - Fazer incidir os descontos para a CGA sobre a totalidade das remunerações e suplementos auferidos pelos trabalhadores da Administração Pública em situação de cedência, mobilidade ou qualquer outra legalmente prevista, assegurando a entidade pública processadora da remuneração de modo a não prejudicar o valor de referência para efeitos de aposentação;
 - Fixar a pensão de sobrevivência em 60% da pensão do cônjuge falecido e 70% no caso de mais de um beneficiário da pensão do cônjuge falecido, tal como se verifica no regime geral da Segurança Social;
 - Criação de condições específicas no acesso à aposentação sem penalizações aos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho e doença profissional.
 - Respeitar os direitos sociais e laborais individuais e colectivos
 - A negociação e a contratação coletiva; O direito ao emprego e o reforço do papel da Administração Pública na satisfação das necessidades básicas da população e das funções sociais do Estado; O adequado financiamento das instituições públicas com vista à criação de mais emprego estável;
 - Manter a ADSE como sistema público, reduzindo o valor das contribuições para 1,5% sobre o período de 12 meses, para os aposentados e trabalhadores da Administração Pública, independentemente do tipo de vínculo.
 - Reclamar a aplicação do horário semanal de 35 horas a todos os trabalhadores que exerçam funções públicas.

Alterar a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), designadamente:

- Repor e aplicar o vínculo de nomeação a todos os trabalhadores que exerçam funções Públicas;
- Revogar o actual sistema de carreiras gerais, negociando carreiras que respeitem e dignifiquem as qualificações dos trabalhadores e os conteúdos funcionais das profissões que exercem;
- Revogar a suspensão das indemnizações pela reparação de incapacidade por acidente e/ou doença profissional e aplicar, em matéria de acidentes de trabalho e doenças profissionais

Na unidade, organização e luta dos trabalhadores da administração pública residirá a maior garantia à concretização das reivindicações aqui enumeradas.



Lutar por um Orçamento do Estado 2018 que nos faça realmente avançar!

A 19 de Setembro estará concluída a Proposta Reivindicativa Comum para 2018 dos trabalhadores da Administração Pública (ver págs. 10 e 11). Será posteriormente entregue ao Governo que a deverá ter em consideração no momento da elaboração da proposta de Orçamento do Estado para o próximo ano. Durante o mês de Outubro e Novembro a proposta de Lei do OE/2018 será discutida com os restantes Partidos Políticos com assento na Assembleia da República, além dos 'parceiros sociais', destacando-se, por razões óbvias, os sindicatos da Administração Pública que compõem a Frente Comum (FCSAP).

À margem das negociações que se produzam em torno do que virá a ser o documento final que determinará as prioridades, opções, contas e perspectivas da ação política do Estado para o ano que se aproxima, reside na capacidade de mobilização dos trabalhadores a mais firme e segura garantia no propósito em alcançarmos o que há anos perseguimos. Da valorização salarial falamos, estagnada desde 2009. Do descongelamento das progressões na carreira, para todos os que reúnam condições para tal, estagnada desde 2005. Acresce a regulamentação e reposição de muitos outros direitos, associando ainda a revogação de famigeradas leis que nos fizeram recuar no tempo a que muitos apelidam de progresso.

Outubro, especialmente, será um mês de luta. Começando inevitavelmente nos locais de trabalho, deverá convergir numa grande e participada manifestação nacional que consiga aglomerar num mesmo dia, hora e local, as aspirações dos trabalhadores do setor público que há muito foram empurrados para um beco sem aparente saída no campo dos seus direitos e condições de vida. Mas de inevitabilidades architectadas artificial e interessadamente está a História carregada. Muitas foram rapidamente desconstruídas de um momento ao outro pela força da luta de quem trabalha. Outras levaram o seu tempo, mas tiveram o mesmo fim assim que os trabalhadores em uníssono disseram BASTA!

A consciência, determinação e confiança dos trabalhadores da administração pública, são assim elementos essenciais ao aprofundamento do caminho iniciado há dois anos. Após a derrota do Governo da direita PSD/CDS-PP, conseguimos inverter o rumo de austeridade que nos impunham sem apelo nem agravo. Feito apenas alcançado depois de um longo e duro processo de luta. Todavia, apesar de positivo, o caminho entretanto encetado revela-se ainda demasiado redutor.

É preciso ir mais longe! O actual Governo precisa assumir opções que redefinam as fronteiras do pagamento da dívida externa (nos seus termos, montantes e juros). Urge renegociar as PPP's, acabar de uma vez por todas com os Swaps e com as rendas escandalosas do sector da energia. Por termo às isenções e benefícios fiscais aos grandes grupos económico-financeiros que lucram à conta de todos nós. São apenas algumas das opções políticas que cabem perfeitamente no Orçamento do Estado para 2018. Opções que, a serem assumidas, permitem libertar verbas não apenas passíveis de responder aos legítimos e justos anseios dos trabalhadores da administração pública, como também ao urgente e necessário investimento público como por exemplo na área da saúde, da educação ou na edificação de infraestruturas várias que possibilitem avançar a economia do país, a vida do povo e dos trabalhadores portugueses.

Lutar por um Orçamento do Estado equitativo e justo é, por tudo o que acabamos de referir, um imperativo para os meses que se avizinham. Exequível apenas com o envolvimento e a força de todos!



Audição Pública na Assembleia da República sobre a descentralização de competências para as autarquias

No dia 4 de Julho o STML participou, a convite do PEV (Partido Ecologista Os Verdes), na audição pública sobre a descentralização de competências para as autarquias. Reproduzimos no essencial a intervenção do Sindicato, alicerçada na realidade sobejamente conhecida de Lisboa.

«Na fundamentação da reforma administrativa e na consequente descentralização de competências, afirmava então o Presidente da CML e agora 1º Ministro António Costa, a necessidade de aproximar os serviços públicos da população, tornando-os mais eficientes, eficazes e económicos. Para as 24 Juntas de Freguesia de Lisboa foram descentralizadas competências nas áreas da educação, da limpeza e higiene urbana, na manutenção de espaços públicos, na gestão de mercados, equipamentos desportivos e culturais. Com as competências outorgadas, somaram-se trabalhadores, edifícios, além de recursos financeiros, sempre exíguos face às responsabilidades atribuídas como facilmente se constatou. A população de Lisboa, mas também todos os que trabalham e visitam a nossa cidade, foram confrontados com um processo, sobre o qual nunca foram devidamente auscultados e esclarecidos, que degradou indelutavelmente as suas condições de vida. O factor proximidade esvaneceu-se, verificando-se claramente o oposto. Os serviços públicos diminuíram em qualidade e quantidade na lógica que os deve nortear, isto é, ao serviço de todos e para todos.

Concorrendo com este cenário, de todo expectável e por isso denunciado e contestado sistematicamente por este Sindicato, foi alimentada interessadamente a tentação pela prática da concessão, externalização ou mesmo privatização. O exemplo da Freguesia das Avenidas Novas, do PSD, é paradigmático. Parte da limpeza das suas ruas e avenidas é agora realizada pela SUMA. Mas são também exemplos os espaços verdes e jardins com muitas Juntas a promoverem a sua administração por empresas privadas.

Sobre a realidade que melhor conhecemos, a que concerne aos trabalhadores, o dia-a-dia encarregou-se de desconstruir

muitas das promessas então vinculadas pelos responsáveis políticos deste processo, lembre-se, aprovado na Assembleia Municipal de Lisboa por PS, PSD e CDS-PP. As suas condições de trabalho degradaram-se, muitos dos seus direitos são constantemente ofendidos e os seus rendimentos diminuíram consideravelmente. Se não bastasse, verificou-se um ataque sem precedentes ao vínculo público, com o recurso à contratação de prestadores de serviços, aos contratos emprego-inserção ou a outras formas mais subtis de contratação precária.

Também os lisboetas, porque parte de uma realidade inseparável, sofrem hoje as consequências deste processo enquanto habitantes de uma cidade fragmentada em 24 territórios, sem coordenação e planeamento que permita uma resposta adequada aos seus interesses e expectativas. A estratégia de uma visão integrada e estruturada da cidade perdeu-se, resultado da desconstrução a que a Câmara Municipal foi sujeita, esvaziada das funções que lhe devem caber exclusivamente.

Pelo exposto, mesmo que sucintamente, colocar-se-ão algumas questões que nos parecem pertinentes. Nomeadamente a existência ou não de um paralelismo em relação à câmara mínima que se tem arquitetado em Lisboa com a ideia de um Estado mínimo que muitos defendem? Estará por detrás da descentralização de competências para as autarquias, a vontade de esvaziar o Estado das responsabilidades sociais que a Constituição consagra? Será o contexto político e económico actual propício a uma descentralização? Quem garante que este processo, conduzido por quem hoje o defende, possa salvaguardar os direitos das populações a serviços públicos de qualidade face ao que são as funções sociais do Estado? Quem consegue garantir os direitos dos trabalhadores que, raramente ou nunca, são chamados a intervir nos processos que diretamente os envolvem?»

Questões que não obtiveram resposta da parte dos Partidos que defendem esta 'descentralização': PS, PSD e CDS-PP.



CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO DA ADSE Eleição dos representantes dos beneficiários titulares

eleições | 19 Setembro 2017

VOTA LISTA G



PARTICIPA!

Eleições para o Conselho Geral de Supervisão da ADSE

No próximo dia 19 de Setembro realizar-se-ão as eleições para o Conselho Geral de Supervisão da ADSE. A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP) apresenta uma Lista, a Lista G, composta por dirigentes e quadros dos seus principais sindicatos, destacando da parte do STML a inclusão da sua dirigente Tânia Trindade.

Nestas eleições serão definidos os quatro elementos que representarão os beneficiários da ADSE, agora um instituto público, com o propósito de emitir pareceres (não vinculativos) sobre as principais decisões que se prendem com o sistema, nomeadamente a possível abertura a novos beneficiários e a revisão das convenções em vigor. No ato eleitoral previsto para 19 de Setembro, podem votar os beneficiários titulares (funcionários no ativo e aposentados do Estado) com as quotas em dia. De acordo com os cadernos eleitorais, podem votar 831.496 eleitores.

A ADSE é financiada em exclusivo pelos trabalhadores beneficiários da administração pública. Pelos montantes que envolve, cerca de 600 milhões de euros/ano, têm-se repetido nos últimos anos tentativas, mais ou menos disfarçadas, para desvirtuar os seus objectivos e natureza. Quer pela mão de Governos sem escrúpulos, quer pela influência dos interesses privados, a ADSE chama para si atenções que nada têm a ver com os interesses dos seus beneficiários, muito pelo contrário.

Contrariando certos discursos demagógicos que se repetem em torno da ADSE, não estamos perante um “seguro de saúde”. A ADSE está sustentada em dois pilares fundamentais, nomeadamente a solidariedade interprofissional e a solidariedade intergeracional o que permite aos seus beneficiários, através dos seus descontos mensais (proporcionais ao seu vencimento), usufruir de um conjunto de serviços e proteção complementar na área da saúde ao longo da sua vida e independentemente da sua idade. O que muitos pretendem agora é a desvirtuação deste sistema, alargando-o a ‘outros’ que não os trabalhadores da administração pública, caminhando no sentido de um qualquer “seguro de saúde” muito ao semelhante ao que é possível encontrar no setor privado.

Considerando que os únicos financiadores da ADSE são os trabalhadores seus beneficiários, serão estes e não outros, a quem cabe decidir como e de que forma deverá funcionar este sistema. As eleições para o Conselho Geral de Supervisão poderão contribuir em alguma medida para este objetivo. Votar na Lista G proposta pela FCSAP garante a melhor e mais honesta representação face aos interesses dos trabalhadores da administração pública. De 1 a 18 de Setembro decorrerá a campanha eleitoral onde serão apresentados todos os candidatos e as propostas concretas que nos movem.

Dia 19 de Setembro, é fundamental exercer o nosso direito de voto! **VOTA LISTA G!**



Trabalhadores com vínculo precários da Administração Pública protestam em frente ao Ministério das Finanças

A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP) realizou, no passado dia 21 de julho, uma ação de luta em que participaram dezenas de trabalhadores precários de vários setores do Estado. Tais precários permaneceram, entre as 16h30 e as 21h00, em frente ao Ministério das Finanças, reivindicando a integração de todos os trabalhadores com vínculos precários. A jornada de luta não terminou sem que fosse entregue no Ministério das Finanças uma resolução, aprovada por unanimidade, exigindo a passagem dos trabalhadores para os quadros públicos.

Os Sindicatos da Frente Comum marcaram presença na concentração de protesto com o máximo empenho, lutando pela concretização do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP). Esta luta tem contribuído para alcançar importantes vitórias, obrigando o Governo a vários recuos que foram tornando o processo mais justo e abrangente. O papel dos sindicatos, como membros das Comissões de Avaliação Bipartidas (CAB), tem sido fundamental, constituindo a única garantia na defesa dos direitos dos trabalhadores.

Durante o referido protesto, foi exigido, entre outros aspectos, que fossem sinalizadas todas as situações de precariedade existentes nos serviços e que fosse revista a proposta de lei em discussão na AR. Foi ainda defendido que o processo de integração dos trabalhadores da administração local tem de ser justo, completo e transparente.

É pertinente lembrar que o resultado da denúncia e luta travada pelos trabalhadores e sindicatos da Frente Comum ao longo dos últimos anos permitiu finalmente sensibilizar a opinião pública e colocar na agenda política a necessidade em solucionar o problema da precariedade que grassa na administração pública. Também consequência do novo ciclo político iniciado após as eleições de outubro de 2015, foram criadas condições para obrigar o governo minoritário do PS a assumir como prioridade a resolução deste flagelo,

reconhecendo neste momento os actuais Dirigentes do Governo o que até aí sempre ignoraram ou mesmo negaram em anteriores legislaturas. Referimo-nos à existência de milhares de trabalhadores em situação de profunda ilegalidade, sujeitos a uma insegurança permanente em relação ao seu futuro laboral que têm agora como legítima expectativa a celebração de um contrato de trabalho efectivo. Contudo, não desvalorizando o momento em que estamos, onde a precariedade é um tópico incontornável nos discursos e intenções políticas da maioria parlamentar da AR, o que se constata na prática é um pouco diferente do inicialmente apregoado pelo Governo de António Costa. É neste contexto que a Frente Comum denuncia as intenções do Governo e a forma como tem conduzido o PREVPAP – Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública. Caberá aos trabalhadores que actualmente se encontram nesta condição, desenvolver todos os esforços necessários com vista à resolução dos seus problemas, unidos e organizados em torno dos seus sindicatos, lutando por todas as vias possíveis até à integração efectiva nos mapas de pessoal da administração pública.

Na Resolução aprovada a 21 de Julho, podia-se ler que OS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM LUTA EXIGEM:

- Que o Programa de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública não sirva para legitimar a precariedade nos serviços públicos e despedir milhares de trabalhadores, perpetuando a grave falta de pessoal e o recurso a vínculos ilegais;
- A entrega e afixação pelos serviços das listagens de todos os vínculos precários;
- A abertura de concurso para integração de todos os trabalhadores com vínculos precários em necessidades permanentes.

ÁREA DOS JOVENS



Passaram os tradicionais meses de férias e a confusão do turismo, a desorganização do trabalho e o calor não perdoaram. Trabalho realizado muitas vezes por trabalhadores com vínculo precário, na maior parte jovens. Soluções recorrentes que procuram remediar a escassez da falta de pessoal que, tanto as Juntas de Freguesia, como a CML, tendem a ignorar, não assumindo os respetivos Executivos as decisões políticas que se impõem.

Jovens trabalhadores habituados desde muito cedo, pela situação de precariedade em que se encontram, a não terem os mesmos direitos que os colegas de profissão com vínculo estável. Falamos do direito a férias, às folgas decorrentes e de gozo obrigatório face ao trabalho realizado em dias de descanso obrigatório (domingos), aos complementos remuneratórios quando ultrapassam em muito o seu horário de trabalho, ou até mesmo na ida ao médico ou na assistência à família quando necessário. Muitas outras situações poderiam aqui ser importadas, como a ausência de proteção e segurança nos casos envolvendo acidentes de trabalho ou baixas por doença. Todos os jovens necessitam de estabilidade para poder planear e iniciar as suas vidas. É este um traço que os distingue das restantes faixas etárias, nomeadamente os 'menos jovens'. Face aos abusos a que são sujeitos, acabam por se sujeitar,

involuntariamente, à deterioração crescente das suas relações familiares, já para não referir a erosão das suas capacidades mentais e físicas, com um desgaste mais acelerado resultante da precariedade em que se encontram no plano das suas relações laborais.

São apenas algumas das muitas razões que nos levam a exigir a regularização de todas as situações de vínculo precário que sejam sinónimo de necessidades de carácter permanente. A abertura de concursos públicos para a admissão de pessoal é assim uma prioridade incontornável. Falemos da realidade da Câmara Municipal, de uma Junta de Freguesia ou de uma Empresa Municipal.

Os jovens trabalhadores são peça essencial e determinante para avançarmos no processo de luta tendo em vista a resolução dos seus próprios problemas. Não baixar os braços, estarmos informados, esclarecidos e disponíveis para dar corpo a todas as formas de luta que vejamos a ser decididas será o caminho que inevitavelmente que nos unirá a todos, no combate sem tréguas que se desenvolve contra a chaga da precariedade.

A dignificação da nossa vida, das nossas famílias e do nosso futuro não está à venda nem pode ser a prazo. Estabilidade e um contrato de trabalho efetivo são propósitos dos quais não abdicaremos.



Dando continuidade ao tradicional piquenique do STML, este ano procuramos novamente reunir os nossos associados e respectivos familiares no parque de merendas da vila de Constância. No momento em que escrevemos este artigo, já estão preenchidos cinco autocarros, comprovando a vontade de todos em fazer deste encontro um grande convívio.

Previsto para 17 de Setembro na localidade de Constância, junto ao rio, temos um parque de merendas com espaço para os reencontros, conversas e gargalhadas, num local sempre muito agradável. Relembramos que o STML assegura o transporte, os petiscos e tudo o que é habitual num piquenique. Até dia 8 de Setembro, poderão inscrever-se na sede do STML. Os preços e outras informações deverão ser obtidos junto dos serviços administrativos do sindicato. A todos, desejamos um excelente piquenique!





CGTP – IN

História de 47 anos de luta com a confiança dos trabalhadores

No dia 1 de Outubro de 1970, num panorama de ditadura, repressão policial e censura, nasceu a CGTP-IN. Uma Frente Sindical que desde então tem pautado a sua ação ao lado dos trabalhadores e na persecução, em todos os momentos, das suas aspirações e reivindicações, bem como na defesa dos seus direitos e luta por melhores salários e condições de trabalho.

Ao olharmos para uma existência a caminho do meio século, verificamos que a realização de reuniões intersindicais se desenvolveu paralelamente à luta reivindicativa nos locais de trabalho, recorrendo-se aqui a paralisações e greves, à realização de grandes assembleias gerais em torno da Contratação Coletiva de Trabalho e promoção de manifestações de rua.

O movimento sindical da CGTP-IN foi, assim, um dos atores centrais na Revolução do 25 de Abril de 1974, tendo sido ainda a primeira organização social a dar apoio ao levantamento militar dos Capitães de Abril. A legitimidade da CGTP-IN continuou a crescer junto dos trabalhadores portugueses. Isto assente numa construção política que foi sendo erguida, passo a passo, nos locais de trabalho e centrada na organização e ação de quem trabalha.

A linha principal que tem orientado a CGTP-IN ao longo de quase cinco décadas, tem na sua base a união da vontade individual que se transforma em força coletiva. Esta força, quando aplicada de forma organizada, tem resultados surpreendentes. É neste trilho que, apesar de todas as

dificuldades, o movimento sindical unido se vai desenvolvendo, obrigando a uma intervenção, constante e intensa, na luta por melhores condições de vida e de trabalho.

Este caminho, sendo longo e difícil, foi necessário à afirmação de uma força de progresso social e de emancipação dos trabalhadores. As suas concretizações são marcos de grande significado no percurso do movimento operário e sindical. São 47 anos de existência ao lado dos trabalhadores de forma ininterrupta, sendo a CGTP-IN, ainda hoje, a maior central sindical do País, constituindo a garantia de um futuro com dignidade para todos aqueles que trabalham.

Os tempos que correm exigem, ainda mais, uma atuação unida e coesa no combate às políticas de direita e contra o domínio do sector financeiro sobre a economia real, com especial incidência na ofensiva anti laboral e social, sem precedentes desde o 25 de Abril, que tem vindo a ser aplicada pelos governos do PS, PSD e CDS.

Foi em 1985 que o STML aderiu à CGTP-IN. Já contávamos com oito anos de atividade sindical e partilhávamos os mesmos princípios, valores e objetivos.

A CGTP-IN está de parabéns pelos seus 47 anos de história coerente e honesta. Nós, trabalhadores, estamos de parabéns pelo facto de, individual e coletivamente fazermos o nosso País evoluir no sentido de uma sociedade com mais progresso e justiça social.



NOTÍCIAS QUE ESTE VERÃO NOS TROUXE...

Pela positiva:

Julho

A partir deste mês teremos visitas gratuitas a museus e monumentos nacionais da Direção Geral de Património Cultural, aos domingos e feriados, até às 14h. Porque o património cultural é de todos e o seu usufruto não deve depender das condições económicas de cada um. Possível, porque há quem na AR defenda a democratização do acesso à cultura como um princípio constitucional para levar a sério. Este é um pequeno passo, mas significativo, nesse caminho.

Ação Sociocultural

A 25 de Julho a Comissão de Reformados do STML voltou ao Torreão Poente do Terreiro Paço para ver uma nova exposição. Joana Olivença foi a guia que acompanhou os 14 associados através das diversas salas que a compõem.

“DEBAIXO DOS NOSSOS PÉS” constitui, efectivamente, como nos foi dito, um convite para que todos os visitantes olhem o chão que pisam e constatem como este evoluiu desde a Pré-História até aos inícios do século XX.

Agosto

Os pensionistas com pensões até 631€, têm um aumento entre 6 e 10€, resultado da difícil negociação do OE para 2017. De início o Governo pretendia ficar-se apenas pelo ínfimo aumento correspondente à inflação, a partir de Janeiro. É claro que o valor deste aumento extraordinário fica aquém das necessidades deste sector social, tão sacrificado nos últimos anos. Não compensa os congelamentos e cortes sucessivos, nem abrange a totalidade das vítimas dessas malfeitorias. Mesmo assim, atinge cerca de 2 milhões de pensionistas, e

envolve um montante, para 2017, de 83 milhões de euros. Foi possível graças à atual correlação de forças na AR e à persistente luta dos reformados em 2016 por um aumento intercalar das pensões.

Valeu a pena. Mas este avanço, até porque insuficiente, não nos deve paralisar. Teremos de prosseguir a luta, agora na perspectiva do orçamento para 2018.

Pela negativa:

Setembro

A Caixa Geral de Depósitos, banco público que se deveria reger exclusivamente pelos princípios do interesse público, anunciou que a partir de Setembro, os seus clientes até aqui isentos da cobrança de comissões de conta (nomeadamente os reformados), vão passar a pagar 4,95 € por mês. Apenas quem tem mais de 65 anos e uma pensão inferior a 835,50 € irá manter a isenção. Assim, mesmo um pensionista que tenha uma pensão abaixo dos 835 €, mas idade inferior a 65 anos, terá de pagar uma comissão.

A Inter-Reformados – CGTP/IN reagiu de imediato a este anúncio: “A medida anunciada afecta milhares de pensionistas e trabalhadores que até agora tinham isenção no pagamento pelo uso dos serviços bancários. É injusta do ponto de vista social, errada a nível económico e insustentável no plano político.” E mais adiante: “Numa altura em que se discute o acesso à reforma sem penalizações dos trabalhadores com longas carreiras contributivas e se repõem, ainda que de forma limitada, os rendimentos dos assalariados, a CGTP-IN considera inadmissível que a Administração da CGD opte por taxar quem trabalha e trabalhou para minimizar os prejuízos de negócios ruins feitos no passado.”

Sim, teremos de prosseguir a luta!



VENEZUELA

Cresce a ameaça de uma intervenção externa na Venezuela. O povo venezuelano responde à ameaça de intervenção militar dos EUA, através de firme apoio ao seu governo legitimamente eleito.

A declaração do presidente dos EUA, Donald Trump, sobre uma eventual intervenção militar na Venezuela, teve de imediato diversas reações por parte dos seus legítimos governantes e do povo venezuelano.

O resultado eleitoral de 30 de Julho de 2017, para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), veio reforçar o apoio ao presidente Nicolas Maduro. Oito milhões de venezuelanos expressaram livre e democraticamente a sua vontade, o que não agradou naturalmente ao presidente do Estado norte-americano.

É pertinente relembrar que o número de votos agora alcançado supera o conseguido em 2015 pelos Partidos que suportam o Governo presidido por Maduro, mostrando claramente a vontade, agora mais forte, do povo venezuelano em defender e reforçar as vastas conquistas democráticas, sociais e económicas iniciadas por Hugo Chávez. Desde 1998 até 2017, produziram-se 21 atos eleitorais (!), todos considerados livres, isentos e democráticos por instituições internacionais devidamente reconhecidas. Mas tudo agora parece não importar para a Comunidade Internacional liderada pelos EUA. O que interessa, sem olhar a meios, é derrubar o governo venezuelano.

Num país onde a comunicação social mantém-se predominantemente nas mãos de empresas privadas, desconstruindo assim a tese falaciosa da falta de liberdade de

imprensa reproduzida insistentemente nos media ocidentais, é ainda o povo quem decide e não os interesses de uma minoria conservadora, retrógrada e ávida de recuperar a influência e o poder perdido na última década. Obviamente, tem contado com o apoio inestimável dos EUA ou não fosse a Venezuela um dos maiores produtores de petróleo do mundo.

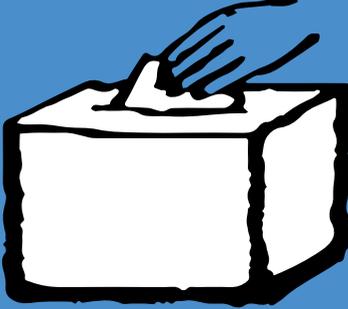
Ernesto Villegas, ministro da Informação Venezuela, reagindo à declaração de Trump, afirmou que, uma vez mais, os EUA moldam a realidade conforme lhes convém como pretexto para justificarem uma ofensiva militar, tal como aconteceu no Iraque e na Líbia. Referiu, ainda que: «Aqui [na Venezuela], nunca poderão entrar, sem que isso tenha consequências colossais, extraordinárias e invulgares na história do continente.»

Apelando à unidade de todos os venezuelanos, independentemente das diferenças políticas ou sociais, na defesa da pátria Venezuelana, a ANC apoia as medidas que forem necessárias para fazer face às ameaças norte-americanas, de forma a manter e consolidar a paz, a independência nacional e a normalização das relações políticas internacionais.

A ANC alertou ainda a Comunidade Internacional para a gravidade destas intimidações contra a independência, liberdade e autonomia de um país soberano com um Governo democraticamente eleito.

A nossa solidariedade é para com o povo venezuelano! Com toda a confiança e determinação saberão defender o seu território e as suas conquistas, recusando o regresso ao passado onde a fome, a miséria e a pobreza extrema afetava a esmagadora maioria da população.

AUTÁRQUICAS

2017 

Eleições Autárquicas a 1 de Outubro

No início de Outubro teremos a realização das eleições autárquicas. Para os trabalhadores das autarquias de Lisboa – Câmara e Juntas de Freguesia – será um momento de maior importância. Sabemos que muitos dos problemas que nos afectam, enquanto trabalhadores da administração local, dependem em alguma medida das opções políticas dos respectivos Executivos. Na nossa cidade, os últimos quatro anos foram marcados por profundas alterações que influíram negativamente na vida de milhares de trabalhadores, também das suas famílias.

Em 2014, tivemos a transferência forçada para as Juntas de Freguesia. Os que ficaram na Câmara, principalmente na Limpeza Urbana, mas não só, confrontaram-se com um cenário de ruptura face à ausência de meios humanos e materiais. Os que foram para as Juntas, sofreram as agruras de uma nova realidade laboral dependente demasiadas vezes das arbitrariedades de Presidentes sem escrúpulos.

Direitos e rendimentos sistematicamente colocados em causa, contrariando as declarações, em 2014, do então presidente da CML António Costa quando afirmou que “não haveria perda de direitos na transferência para as Juntas de Freguesia”. Afirmou também categoricamente que “não haveria lugar a concessões a privados” dos serviços públicos a realizar pelas Freguesias face às novas competências atribuídas. Enganou-se não uma, mas duas vezes. Um “engano”, recapitule-se, sufragado pelo PS, PSD e CDS-PP na Assembleia Municipal de Lisboa em Janeiro desse mesmo ano.

Na Freguesia das Avenidas Novas concessionou-se (à SUMA) uma parte da limpeza e varredura das suas ruas. Jardins e espaços verdes são explorados por empresas privadas um pouco por todo o lado, sempre associado a prejuízos para o bem-estar, não só das zonas verdes mal tratadas, mas também das respectivas populações. No plano dos direitos, centenas de trabalhadores continuam à espera de uma solução ao problema do gozo das folgas acumuladas por “necessidade de serviço”. Outros viram os seus rendimentos diminuídos e os seus direitos negados como nos casos envolvendo o acesso à Medicina do Trabalho.

Fomos ainda confrontados, apesar da denúncia, contestação e luta de trabalhadores e STML, a um corrúpio de decisões por parte do Executivo PS, que, ausentes de estratégia e planeamento, empurraram inúmeros serviços e centenas de trabalhadores para novas realidades geográficas em termos de instalações. Desvalorizadas, pelo menos inicialmente, as matérias sobre condições de trabalho, higiene e segurança, colocando em risco, a prestação de um serviço público de qualidade nas mais variadas dimensões. Exemplos foram os casos dos trabalhadores e serviços situados no Complexo de Alcântara e da Boavista, transferidos abruptamente para o edifício do Entrepasto. Dos trabalhadores do Posto do Calhariz realocizados e distribuídos pelo degradado e insalubre Posto de Limpeza de Sete Rios e pelo Posto de Telheiras, hoje mais se assemelhando a uma gigante ‘lata de sardinhas’. Ou ainda, das peripécias em torno da mudança do Serviço Municipal de Protecção Civil da Praça de Espanha para o Monsanto.

Por outro lado, totalmente esquecidos os trabalhadores dos Julgados de Paz, do Edifício Municipal do Campo Grande, da Videoteca, dos electricistas do DIP e do DEMIEM, e de tantos outros que continuam à espera que se resolvam os problemas com a falta de condições de trabalho ou de respostas às suas reivindicações.

Quer aceitemos ou não a importância da política nas nossas vidas, é um facto incontornável as consequências negativas de uma ‘má política’, contrária aos interesses dos trabalhadores e dos lisboetas. Assim se tem portado a maioria absoluta do PS na Câmara e na cidade de Lisboa.

Dia 1 de Outubro, podemos criar outras condições políticas, mais favoráveis aos nossos interesses, enquanto trabalhadores e/ou munícipes, ou podemos deixar correr a mesma água sob a mesma ponte...nas nossas mãos, o nosso futuro. Votar com consciência e consequência é imprescindível!